

Investigando o problema habitacional brasileiro: engenheiros, arquitetos e economistas em revista

ANA PAULA KOURY
CAROLINE MADERIC
RIQUINO
TASSIA BOTTI BOZZA

Investigating the Brazilian housing problem: engineers, architects and economists in issue

ANA PAULA KOURY

Professora Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade São Judas Tadeu (USJT), desde 2008. Fulbright Visiting Scholar em cidades globais no The City College of Nova York, (2016). Co-autora da coleção *Pioneiros da Habitação Social no Brasil (1930-64) volumes 1 e 2* e do livro *Planejamento e Participação: um falso dilema*. Autora do livro *Grupo Arquitetura Nova*. Participou do projeto “Formación e investigación comparada entre Argentina y Brasil. La vivienda social en las

políticas públicas de Vargas y de Perón.” (2015) Organizou o evento internacional Planning by Conflicts (USJT, 2015). Atualmente coordena o Laboratório Itaim Paulista que reúne professores e estudantes da USJT ooperação com o poder público local para estudar os problemas da gestão urbana na região metropolitana da cidade de São Paulo.
 apkoury@gmail.com

CAROLINE MADERIC RIQUINO

Arquiteta e Urbanista pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Participou de diversas

atividades em equipe, incluindo concursos universitários, recebendo menção honrosa no Concurso Nacional de Urbanismo - Urban 21. Atualmente possui vínculo profissional com a Prefeitura do Município de São Paulo na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, sendo integrante da Coordenadoria da Função Social da Propriedade.
 carolinemaderic@yahoo.com.br

TASSIA BOTTI BOZZA

Arquiteta Urbanista pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Pós graduanda em Sociologia

pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Finalista no Concurso de Empreendedorismo Santander Universidades (2014). Atualmente é coordenadora na Divisão de Sistema de Zoneamento da Coordenadoria de Uso do Solo, Secretaria de Urbanismo e Licenciamento da Cidade de São Paulo com atividades relacionadas a georreferenciamento do zoneamento desde o ano de 2012.
 tassiaboza@gmail.com

Palabras clave: história da habitação / história do planejamento / história da arquitetura moderna no Brasil / elites burocráticas / desenvolvimento urbano / Fundação da Casa Popular

Key words: *history of social housing / history of urban planning / history of modern architecture in Brazil / bureaucratic elite / urban development / Foundation of the Popular Housing*

93 RH

RESUMEN Este artigo analisa como o tema habitacional e urbano foi apresentado no campo dos engenheiros, arquitetos e economistas através de um conjunto de matérias publicadas em periódicos especializados entre 1946-1950 em cada uma dessas áreas. A pesquisa dialoga com a literatura que tratou do tema entre os engenheiros e arquitetos através da revista *Polytecnica*, incluindo uma análise no campo dos economistas a partir de um conjunto de matérias publicadas pelo periódico *Observador Econômico e Financeiro*. Os resultados da pesquisa contribuem para a história do debate sobre habitação e cidade entre as elites burocráticas na transição democrática de 1946 no Brasil, momento de criação do primeiro órgão federal específico da política habitacional e urbana, a Fundação da Casa Popular.

ABSTRACT *This article analyze the housing and urban topics presented in the field of engineers, architects and economists through a series of articles published in specialized magazines between 1946 and 1950 in each of these areas. The research engages with specific literature that treated the issue between engineers and architects through magazines such as the *Polytecnica*, including a review in the economic field from a set of materials published by the *Observador Econômico e Financeiro* (Economic and Financial Observer Magazine). The results contribute to the debate of the History of Housing and City between bureaucratic elite at the democratic transition of 1946 in Brazil, moment of creation of the first federal agency in Housing and Urban Policy, the *Fundação da Casa Popular* (Foundation of the Popular Housing).*

ENSAYO

RECEPCIÓN: 5/12/2017

ACEPTACIÓN: 15/1/2018

A favela existe porque país algum está em condições de produzir moradias adequadas por um preço que esteja dentro das possibilidades dos trabalhadores. É ela o abrigo que a era industrial proporciona à sua plebe. A moradia continua sendo a Gata Borralheira da Revolução Industrial, e a favela é a modesta cobertura que lhe tem sido destinada por tempo indefinido. Abrams (1967:17)

RH 94

A crise urbana dos anos 1940: modernidade e modernização brasileira

A modernização brasileira caracteriza-se por um alto grau de urbanização equiparável ou superior à de muitos dos países industrializados e desenvolvidos. A década de 40 além de abrigar os novos edifícios ícones da modernidade nas grandes cidades brasileiras, também marca o início deste intenso processo de urbanização que vai durar pelo menos por mais quarenta anos. O padrão de urbanização concentrada que se instala no Brasil é semelhante ao de outros países latino americanos. O processo de urbanização no Brasil e na América Latina caracterizou-se pela concentração populacional nas regiões metropolitanas e com largas margens de informalidade urbana. (Brito, 2006)

À despeito do tanto que se projetou e se construiu no Brasil entre as décadas de 40 e 50 como atestam os observadores internacionais como Violich (1944) e Giedion (1956) as favelas continuavam a crescer. A falta de moradia nos grandes centros urbanos, junto com a proliferação das favelas eram assuntos que sensibilizavam, não apenas os observadores

internacionais como também os técnicos brasileiros, engenheiros, arquitetos e economistas e, principalmente, a opinião pública no Brasil daquele tempo.

Este artigo analisa como o tema habitacional e urbano foi apresentado no campo dos engenheiros, arquitetos e economistas através de um conjunto de matérias publicadas em periódicos especializados entre 1946-1950 em cada uma dessas áreas. A pesquisa dialoga com a literatura que tratou do tema entre os engenheiros e arquitetos, incluindo uma análise no campo dos economistas a partir de um conjunto de matérias publicadas pelo periódico *Observador Econômico e Financeiro*. Os resultados da pesquisa contribuem para a história do debate sobre habitação e cidade entre as elites burocráticas na transição democrática de 1946 no Brasil, momento de criação do primeiro órgão federal específico da política habitacional e urbana, a Fundação da Casa Popular.

O problema da moradia urbana e os saberes técnicos: engenheiros, arquitetos e economistas, as novas burocracias do estado.

A evidência do problema habitacional motivou muitos congressos e encontros de profissionais. Um marco destes encontros foi o I Congresso de Habitação que aconteceu em São Paulo em 1931 organizado pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo e pela Prefeitura do Município de São Paulo (Bruna, 2010; Carpintero 1997). O encontro consolidou um debate ativo entre os engenheiros em São Paulo desde a fundação do Instituto de Engenharia em

maio de 1916 e demonstra a consolidação de uma agenda no Instituto de Engenharia que antecede a realização do I Congresso. (Ficher, 2005 e Freitas, 2005)

Portanto na cidade de São Paulo foi o Instituto de Engenharia que sediou os debates inaugurais sobre as condições de moradia. O primeiro número do boletim do Instituto de Engenharia em outubro de 1917 já divulgava matéria sobre “Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre habitações” de Victor da Silva Freire (1869-1951) cujo artigo abriu uma série de conferências sobre o tema “higiene da habitação” que aconteceram no ano seguinte em 1918 (Freitas, 2005:26). Silva Freire por sua posição prestigiosa como Diretor do Departamento de Obras da Prefeitura de São Paulo e como professor da Escola Politécnica, havia sido convidado para proferir a Conferência Inaugural do Instituto, em 4 de agosto daquele ano, intitulada “A orientação do engenheiro nacional”.

Estes debates enfatizavam as questões técnicas e, ainda que o I Congresso de Habitação tenha sido realizado pela Divisão de Arquitetura do Instituto, evitou-se logo de início as questões “puramente estéticas”. (Bruna, 2010:123) Procurou-se em São Paulo, contornar a polêmica que estava naquele momento, causando a ruptura, entre a vertente neocolonial de José Marianno Filho e a vertente moderna de Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. (Bruand, 1981:72-3)

Os debates no campo técnico sobre o tema da habitação iniciados pelo Instituto de Engenharia foram desenvolvidos posteriormente, nos anos de 1941, através das jornadas de Habitação Popular, desta

vez promovidas pelo IDORT- Instituto de Organização Racional do Trabalho vinculado a Associação Comercial de São Paulo. Como explica Correia (2004:80-1)

Como observa Carpintero (1997:13; 73), o debate sobre a moradia do ponto de vista técnico, não excluiu o problema urbano. O estudo urbanístico do problema das habitações havia sido recomendado pelo Congresso de Habitações em 1931. O tema seria enfatizado posteriormente pelo engenheiro e industrial Roberto Simonsen no discurso de abertura das Jornadas de Habitação em 1941. Simonsen valendo-se da participação brasileira no 10. Congresso Panamericano de Vivendas Populares, realizado em Buenos Aires dois anos antes, repete em seu pronunciamento uma das resoluções “de caráter geral votada pela IV comissão” deste Congresso”. Todo plano de vivenda popular deve ser encarado, antes de outro qualquer estudo, como um plano urbanístico. Portanto, todo projeto de vivendas populares deve ser considerado parte integrante do Plano Regulador da Expansão Regional” (Simonsen, 1973 [1941]:358).

Portanto habitação e urbanismo, ambos os problemas da cidade em expansão nos anos de 1940 estavam na esfera dos saberes técnicos da engenharia, que cada vez mais ocupava-se dos temas da administração pública. Gomes (1994) em análise esclarecedora sobre o tema, aborda a ascensão de engenheiros e economistas às novas elites burocráticas predominantemente constituídas por bacharéis durante o período republicano. Para a autora

o processo de crítica a essas elites políticas –portanto de construção de um novo modelo de elite já não mais definida como “política”– é o mesmo processo pelo qual se articulou um discurso contra a experiência liberal da primeira república. (Gomes, 1994:4)

A autora explica, portanto como os conhecimentos técnicos funcionaram no processo político de modernização burocrática no período pós 1930, permitindo o assento de uma nova elite na qual predominavam os engenheiros e os economistas. A análise de Gomes (1994), permite situar as pesquisas sobre a constituição do campo e das práticas do urbanismo no Brasil realizadas por Feldman (2005, 2010). A autora apresenta o processo de construção dos saberes que permitiram controlar o crescimento das cidades através do planejamento. As novas práticas substituíram o ciclo da engenharia sanitária, institucionalizando o planejamento e a legislação que regula os usos da cidade na administração pública. Para a autora, as transformações estruturais do urbano deflagradas após 1930 mobilizou um debate centrado em três temas principais; o alargamento da concepção de urbanismo, superando o modelo vigente das obras de saneamento e “embelezamento”; o controle do crescimento urbano que ocorria à olhos vistos e, por fim, a participação dos urbanistas na administração pública como parte de uma nova burocracia do Estado. (Feldman, 2010: 5).

Além dos trabalhos que acompanham o desenvolvimento do conhecimento sobre o problema habitacional e urbano no campo técnico dominado principal-

mente pelos engenheiros e urbanistas, muitos trabalhos exploraram a inclusão dos arquitetos modernos nas novas elites burocráticas. Os mais conhecidos são Cavalcanti (2000 [1993]) e Martins (1987), que tratam da relação de identidade entre o Estado e a arquitetura moderna no Brasil. Especificamente sobre o tema da arquitetura moderna que predominou na produção dos grandes conjuntos habitacionais produzidos pelos Institutos de Aposentadoria e pensões os trabalhos de Bonduki (1998), Bruna (2010) e Bonduki e Koury (2014) permitiram compreender o alargamento dos espaços burocráticos ocupados pelos arquitetos nos Serviços de Engenharia dos Institutos de Previdência.

Saberes em revista: (1946-1950)

Com o objetivo de compreender a divulgação da crise urbana e de moradias e a recepção da criação da Fundação da Casa Popular nos meios especializados, realizamos o levantamentos das matérias publicadas entre os anos de 1946 e 1950 em três periódicos de diferentes áreas. O objetivo foi analisar a recepção desses temas nas áreas de engenharia, arquitetura e economia permitindo assim comparar os resultados obtidos. No caso da engenharia e da arquitetura, optou-se pelos veículos mais frequentes e reconhecidos na historiografia por seu papel na divulgação da arquitetura moderna no Brasil.

Na área de engenharia foi escolhida a revista *Politécnica*, sediada e dirigida pelo Grêmio da Escola Politécnica de São Paulo. A revista foi um dos primeiros canais de difusão do debate acadêmico

na área da engenharia em um momento em que o curso de arquitetura era uma carreira dentro da engenharia. A revista também publicou diversas obras de arquitetura moderna entre elas destaca-se a grande difusão das obras do arquiteto Rino Levi (1901-1965).

No campo da arquitetura o levantamento das matérias foi feito na revista *Acrópole*, um importante canal de difusão dos conjuntos modernos projetados em São Paulo pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões. A revista publicou artigos de Eduardo Knesse de Mello (1906-1994), Oswaldo Correa Gonçalves (1917-2005) e do Engenheiro Carlos A. Gomes Cardim Filho (1899-1990).

No campo da economia o levantamento das matérias foi feito na revista *Observador Econômico e Financeiro*. As publicações da revista reúnem obras sobre história econômica brasileira, na qual pudemos identificar e analisar um conjunto de matérias sobre o desenvolvimento das cidades e das condições de moradia. Entre os colaboradores da revista constavam importantes nomes da engenharia paulista como Ari Frederico Torres (1900-1973) e Roberto Simonsen (1889-1948)

Arquitetura e cidade na Revista Politénica: a contribuição de Rino Levi (1901-1965)

Rino Levi (1901-1965) foi um dos primeiros arquitetos a defender publicamente o modernismo no Brasil. Paulista e formado na Itália em 1926, afirmou-se como profissional liberal durante processo de verticalização da

cidade de São Paulo à partir da segunda metade dos anos de 1930. Seu manifesto intitulado “Arquitetura e a estética das cidades” é publicado ainda em 1925 no jornal “O Estado de São Paulo” quinze dias antes da versão em português do manifesto de Warchavchik “Acerca da Arquitetura Moderna”. A visão de Levi sobre a arquitetura moderna estava baseada em uma transformação das cidades, na qual a renovação técnica e estética do edifício era parte de um processo de renovação urbana. Em seu manifesto, depois de defender uma nova era na arquitetura representada pelo modernismo, Levi defende o plano regulador e o ensino de urbanismo no Brasil. (Anelli, Guerra & Kon, 2001: 27)

A estética das cidades é um novo estudo necessário ao arquiteto e a ele está estritamente conexo o estudo da viação e todos os demais problemas urbanos.

Uma rua nasce e deve ser estudada no plano regulador da cidade e deve ser planejada de modo que corresponda a todas as necessidades técnicas e estéticas sem, ao mesmo tempo, prejudicar as belezas que existam nas vizinhanças.

Na Alemanha, a estes estudos foi dado o nome de política da cidade, na França, alguns dos mais valentes arquitetos dedicam-se completamente a este ramo da arte da cidade; na nova Escola Superior de Arquitetura de Roma, há uma cátedra de “edilizia” regida pelo distinto arquiteto Marcello Piacencini, uma das autoridades mais competentes da Itália sobre o assunto.

Este é um problema que interessa muito ao Brasil, onde as cidades estão em pleno desenvolvimento e, portanto, merece a máxima consideração.

É preciso estudar o que se fez e o que está se fazendo no exterior para resolver os nossos casos sobre estética da cidade com alma brasileira. Pelo nosso clima, pela nossa natureza e costumes, as nossas cidades devem ter um caráter diferente das da Europa. (Levi in Xavier, 2003: 38-9)

O primeiro artigo de Levi (1935) na revista é intitulado “Prédio de habitação semi intensivo” (núm. 119). Na matéria Levi expressa sua concepção de cidade com expansão limitada e propõe uma solução tipológica de habitação que permitiria conter a expansão da cidade e intensificar o uso das infra estruturas urbanas de modo racionalizado. (Anelli, Guerra & Kon, 2001: 46).

Em 1936 Levi publica sua terceira matéria na revista (n. 122), desta vez um estudo de acústica aplicado ao desenho da forma da sala de cinema Ufa Palácio, o primeiro de uma série projetada por Levi dois dos quais ocupariam a capa da revista 1937 (n.123) e em 1942 (n.141). (Anelli, Guerra & Kon, 2001: 76)

A presença de Rino Levi na revista *Politécnica* desde 1935 iria introduzir uma associação entre os aspectos técnicos da construção do edifício e do urbanismo com a renovação estética da arquitetura e não por acaso suas obras seriam por três vezes capa da revista em 1937 (núm. 123), 1942 (núm. 141) e 1943 (núm. 142). Entretanto, como veremos a seguir as matérias de urbanismo não tiveram

maior espaço na revista, mas ao contrário a relação entre os aspectos técnicos da construção e a arquitetura moderna permaneceram ao longo do período estudado e intensificaram-se durante a década de 1950.

A revista *Politécnica* (1946 -década de 1950)

O primeiro número da revista foi lançado em 1904 e a revista ainda hoje permanece em circulação. (Ficher, 2005: 31). Até a década de 40 a revista publica dois números anuais passando a cinco números anuais em 1951 quando também ganha sessões específicas, entre elas, uma sessão de arquitetura.

Entre 1946 e 1950 a revista publica 50 matérias ao todo, que podem ser divididas em matérias técnicas (43), matérias não técnicas (5) e matérias relativas ao ensino da engenharia (2). Das matérias técnicas 24 referem-se à engenharia civil e 19 às demais especialidades da engenharia. Destas 24 matérias metade são estudos técnicos relativos à mecânica dos solos, fundações e pavimentos (12) a outra metade divide-se igualmente entre arquitetura (4), estudos dos materiais (4) e das estruturas (4). Entre as matérias de arquitetura destaca-se um artigo do engenheiro Ernesto Roberto de Carvalho Mange (1922-2005) “Conceito de Arquitetura Moderna” (*Politécnica*, 1949, núm.155: 19-36) que apresenta o conceito corbusiano de arquitetura moderna baseado na relação com a natureza, principalmente considerando a insolação e a ventilação. A fórmula moderna corbusiana enquadrava-se ao universo técnico do estudo acadêmico na Escola

Politécnica. Permitia aliar técnica e estética construindo uma oportuna mediação entre arquitetos e engenheiros poucos anos após a separação das Escolas de Arquitetura e de Engenharia na Universidade de São Paulo. Mange havia recém-chegado de seu estágio com Le Corbusier na França realizado entre os anos de 1947 e 1948¹.

Portanto nota-se que embora a revista *Politécnica* tenha sido desde a década de 1930 um canal importante de difusão da arquitetura moderna em São Paulo publicando por exemplo as obras modernas de Rino Levi, entre os anos de 1946 e 1950 os temas da habitação e da cidade estavam muito distantes desta revista dos engenheiros politécnicos em São Paulo, mesmo frente à grave crise urbana e à instituição de uma política federal de habitação bastante ambiciosa.

Com o objetivo de nos certificarmos das conclusões da amostra, optamos por estender a pesquisa até 1956, cobrindo 142 matérias, nas quais também não se verificou a ocorrência de matérias sobre o tema da habitação ou do urbanismo. Entretanto na amostra expandida verificou-se um aumento discreto nas matérias sobre engenharia civil que passaram de 48% para 51% do total de matérias publicadas pela revista e um aumento expressivo das matérias sobre arquitetura que passaram de 8% para 17% deste total.

Arquitetura e planejamento na revista *Acrópole*

A revista *Acrópole* publicou frequentemente projetos de arquitetura e ocasionalmente artigos sobre urbanismo, legis-

lação urbanística e planejamento, parte deles assinados pelo Engenheiro Carlos Alberto Gomes Cardim Filho (1899-1990). O engenheiro civil ingressou na Prefeitura da Cidade de São Paulo em 1924, antes mesmo de diplomar-se pela Escola Politécnica de São Paulo em 1925. Entre as diversas funções que exerceu na Prefeitura foi chefe da Divisão de Urbanismo, tornando-se diretor em 1936 cargo que também ocupou no Departamento de Urbanismo depois de sua criação em 1947. (Ficher, 2005: 215-6). Cardim Filho passa a integrar o Conselho Técnico da Revista *Acrópole* em abril de 1941, juntando-se ao grupo inicial formado por Eduardo Kneese de Mello (1906-1994), Alfredo Ernesto Becker e Walter Saraiva Kneese. A expansão do conselho técnico precedeu uma nova organização da revista em maio de 1942, quando também foram criados conselhos técnicos nos estados do Ceará e Rio Grande do Sul, além de representações da revista neste último estado e no distrito federal. Serapião (2006) que descreveu a história da revista *Acrópole* divide-a em dois períodos, o primeiro seria um “período comercial (1938-52)” sob a direção de Roberto Corrêa de Brito e o segundo seria um “período vanguardista (1953-1971)” sob a direção de Max e Manfredo Gruenwald, este último período seria, para o autor, o responsável pela falência comercial da revista.

1. Mange. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2443/mange>>. Acesso em: 15 de Jan. 2018. Verbete da Enciclopédia.

Cardim foi provavelmente convidado a integrar o Conselho Técnico da revista pelo próprio diretor Roberto Corrêa de Brito que dirigia o Cadastro Imobiliário de São Paulo. Segundo Serapião, a intenção inicial de Brito era publicar a obra do Arquiteto Eduardo Kneese de Mello, que o convenceu a criar a revista. Foi Kneese de Melo quem imprimiu a linha editorial da revista centrada no tema da arquitetura e da cidade brasileira e, posteriormente, protagonizando a defesa da arquitetura moderna. Marcas da própria trajetória de Kneese de Mello que foram deixadas na revista. O arquiteto inicia sua carreira realizando diversos projetos em estilo eclético (1938-42) quando em 1942 passa a adotar os princípios modernos. (Regino, 2011: 69) O primeiro número da revista é exatamente em maio de 1938, e homenageia o Engenheiro Ramos de Azevedo (1851-1928), importante representante do ecletismo em São Paulo, diretor da Escola Politécnica entre 1917-1928 e responsável pela disciplina “Construções Civas e Higiene das Habitações”². A revista publicou principalmente obras de arquitetura difundindo com frequência a produção dos conjuntos habitacionais promovidos pelas Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões em São Paulo, muitos deles ainda nos estilos do ecletismo.

Como membro da Conselho Técnico da revista à partir de abril de 1941 Cardim Filho (1941a b) colaborou com diversos artigos sempre sobre urbanismo, dois deles publicados em julho e outubro

deste mesmo ano. O primeiro sugestivamente intitulado “Notas urbanísticas” trata dos potenciais da instância turística de Águas de Prata e o segundo aborda a necessidade de planejamento na partilha judiciária de glebas municipais.

A inclusão de Cardim no Conselho Técnico da Revista não significou de imediato a introdução do tema da crise urbana e habitacional de São Paulo na pauta da revista. Sua colaboração inicialmente foi discreta, publicando apenas um único artigo crítico em 1947. Entretanto à partir dos anos 50 essa situação mudaria marcada pela publicação de um número especial sobre urbanismo em novembro de 1950.

A revista Acrópole (1946-1950)

No período estudado a revista publicou números mensais, e ao todo foram analisados 60 volumes e 572 matérias. A grande maioria das matérias publicadas pela revista Acrópole neste período são apresentações de projetos. Entretanto ainda que em número reduzido existem matérias variadas sobre a profissão, cidades, cultura, habitação, etc. Foram encontradas apenas quatro matérias sobre a crise urbana e habitacional no Brasil.

Em 1946 a revista publica 122 matérias destas 7 matérias são sobre o tema da habitação, entretanto nenhuma delas sobre o caso brasileiro. As matérias tratam dos programas habitacionais na Inglaterra e Estados Unidos.

Durante todo o ano de 1947 a revista publica 130 matérias, sendo apenas duas sobre urbanismo, uma matéria sobre os

2. <http://www.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/galeria-de-diretores/200-prof-dr-francisco-de-paula-ramos-de-azevedo-.html> Acesso em 12/01/2018.

problemas urbanos da cidade, publicada em março por Carlos Alberto Gomes Cardim Filho (1947) e uma versão traduzida por Eduardo Kneese de Mello da Carta de Atenas de Le Corbusier (*Acrópole*, 1947 núm. 109:1-4).

O artigo de Cardim (1947) é uma das matérias em todo o período de 1946-50 que trata do problema do urbanismo e da habitação em São Paulo. A matéria reproduz uma entrevista publicada originalmente no *Jornal Correio Paulistano* em 5/2/47. O corpo da matéria divide-se em dois temas de grande interesse da população, a “taxa de melhoria” e os “loteamentos desenfreados”.

Cardim Filho (1947) defende a aplicação da taxa e afirma que “sem a taxa de melhoria e sem uma política de cooperação dos proprietários, é impossível realizar-se qualquer obra urbanística sem comprometer os demais serviços da cidade”. A crítica à política de propriedade adotada pela Fundação da Casa Popular está explícita logo pelo título da matéria “Estão erradas as organizações de casa própria” e viria na explicação da expansão horizontal da cidade de São Paulo pelo sistema de “loteamentos desenfreados”.

Os loteamentos feitos em São Paulo são simples arruamentos em todos os recantos, com deficientes ou inexistentes meios de comunicação, sem os mínimos melhoramentos públicos de água, esgoto, e sem esperança de se vir a tê-los nos próximos 30 anos. Abertas as ruas, são entregues em terra para a Prefeitura, que recebe este presente de grego com todos os encargos de melhoramentos para o futuro, com um pagamento de alvará

irrisório (cerca de 70 cruzeiros). Seria necessário, para impedirmos a especulação desenfreada, que a Prefeitura tivesse o monopólio de abertura de novas ruas e loteamento das glebas. Atualmente, veem-se ótimas glebas dentro das cidades, valorizando-se à custa dos vizinhos, enquanto que a cidade se desenvolve em tentáculos desastrosos para os serviços de transporte e outros melhoramentos.

É necessário modificarmos o quanto antes o atual estado de coisas, principalmente no que concerne à fundação da casa popular e outras organizações semelhantes, todas elas erradas na maneira por que encaram o problema da casa própria, considerando-a como uma unidade isolada, e não como um conjunto complexo, cujas linhas preliminares competem ao urbanista, *o homem capaz de resolver o problema*, não com processos burocráticos, mas executivos e racionais com leis de proteção à economia pública, leis de desapropriação de imóveis congelados, adequados para o fim de loteamento e construção, sempre com a supervisão e elasticidade de ação do urbanista. (grifo nosso) (Cardim Filho, 1947:297)

Cardim Filho expressa portanto em 1947 o que já era um consenso nos debates sobre habitação e urbanismo desde o I Congresso em 1931. Esse como outros consensos técnicos não lograram êxito político. Em seguida defende a elaboração do “Plano Regulador da Cidade” como solução para o crescimento descontrolado. A matéria é publicada em março de 1947, em julho do mesmo ano seria publicado o decreto de criação do

Departamento de Urbanismo da Cidade de São Paulo que determinaria a elaboração do Plano da Cidade (Feldman, 2005: 44).

Em 1948 novamente são publicadas apenas duas matérias sobre urbanismo na revista *Acrópole*, uma em junho de 1948 (núm. 122) a matéria intitulada “Vista a São Paulo” de autoria do Eng. Adalberto Szilard (1899-1955). O engenheiro húngaro, formado em Viena migrou para o Rio em 1926 e no artigo tece suas considerações sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo desde sua visita anterior dez anos antes. Começa a matéria elogiando o Plano de Avenidas de Prestes Maia e o sistema de mobilidade da cidade. “Embora os paulistas queixem-se de demoras não encontrei melhores condições em qualquer outra cidade do país. (exceptuando naturalmente as menores)”. Depois passa às suas observações. “Apesar de todos estes melhoramentos ha ainda muito a fazer em São Paulo.”

Depois do diagnóstico o autor critica o adensamento da cidade, oferecendo um conjunto de soluções, ilustradas por croquis, para melhorar o sistema de circulação. Embora com poucos dados quantitativos a matéria claramente expressa uma relação específica com a crise urbana dos anos 1940 na cidade de São Paulo. O urbanismo “semi intensivo” com o objetivo de controlar a expansão horizontal dos loteamentos precários que estavam conformando as periferias e também a expansão vertical concentrada no centro e nas zonas valorizadas da cidade.

A segunda matéria sobre urbanismo publicada em 1948 (núm. 123) é uma

palestra de Eduardo Kneese de Mello realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo por ocasião da 1a. Exposição Internacional de Arquitetura Moderna organizada pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Arquitetura. A palestra intitulada “Arquitetura, Urbanismo e Democracia”. Depois de uma longa digressão sobre a história da arquitetura Kneese de Melo critica o código de Obras da cidade de São Paulo e a definição de Habitação Popular.

Em 1949 são publicadas 111 matérias sendo 3 delas sobre urbanismo, *Plano e limitação da cidade* de Oswaldo Corrêa Gonçalves (*Acrópole*, 1949, núm. 133: 31), *O Mercado Imobiliário em São Paulo e Lopes - Corretor de Imóveis* (*Acrópole*, 1949, núm. : 53), que é uma homenagem ao corretor pela realização de grandes negócios na cidade e *Urbanismo e Construções* (*Acrópole*, 1949, núm. 140: 204-6) sobre o Uruguai e a Argentina.

O artigo de Oswaldo Corrêa Gonçalves é o quarto artigo do período que expressa uma relação específica com a crise urbana e habitacional do país nos anos 40. Defende a necessidade de planejamento da cidade e recorre às conclusões da Comissão “Vida Urbana, Habitação, recreação e trabalho” do 10. Congresso Brasileiro de Arquitetos que aconteceu em São Paulo em 1946. Segundo o autor a comissão recomendou “ao Governo, providencias, no sentido de serem feitos planos para as cidades e regiões do Brasil, considerando sempre uma população limitada, determinada de acordo com as peculiaridades de cada lugar.” Portanto novamente se expressa a preocupação com o crescimento ilimitado das cidades

brasileiras reconhecendo-se a urgência e relevância do planejamento urbano e regional.

Em 1950 as publicações sobre urbanismo ficam mais frequentes e os temas do zoneamento e planejamento da cidade são tratados por três matérias além de um número especial sobre urbanismo publicado em novembro (*Acrópole*, 1950, núm. 151) “Edição Urbanismo”. Neste ano ensaia-se uma coluna “urbanismo” assinada por Heitor A. Eiras Garcia Engenheiro chefe de divulgação urbanística da prefeitura de São Paulo publicada nos números de maio e agosto (*Acrópole*, 1950, núm. 145:9 e núm. 148: 100). No número de maio há ainda matéria de Carlos A Gomes Cardim “Plano Regulador da Cidade de São Paulo” (*Acrópole*, 1950, núm. 145:10-2).

O período analisado percorre a afirmação da arquitetura moderna e a institucionalização do urbanismo em São Paulo. As contribuições de Eduardo Kneese de Melo e Carlos Alberto Gomes Cardim Filho na revista *Acrópole* neste período indicam que os dois processos ocorreram com relativa independência até os anos de 1950. Embora no período haja publicações de reconhecidos arquitetos modernos entre eles Rino Levi, são publicações de obras sem caráter autoral. A primeira matéria autoral de Rino Levi na revista *Acrópole*, por exemplo, ocorre em 1952 em uma matéria sobre a convenção do IAB. Um conjunto significativo das ideias de Rino Levi são expressas nas páginas da revista após esta data incluindo a importante matéria sobre estacionamentos na cidade de São Paulo em 1955 intitulado “As garagens coletivas e o problema do Estacionamento.”

(*Acrópole*, 1955 núm. 199: 301-5). A matéria é assinada com Roberto Cerqueira César por ocasião do projeto de Edifício Garagem América. (Anelli, Guerra & Kon, 2001: 194-5)

Habitação e padrões de vida: as observações de Roberto Simonsen (1889-1948) e Rômulo de Almeida (1914-1985)

Durante a década de 1940 a questão da moradia dos trabalhadores estava na pauta do projeto de desenvolvimento econômico e social do Estado Novo. A habitação precária que proliferava nas grandes cidades era o sintoma mais visível da formação de um mercado de trabalho urbano frágil e depauperado e com baixíssimos padrões de vida, isto é educação, saúde, alimentação e vestuário. O fato tornava a pobreza urbana mais do que um tema filantrópico, mas sobretudo um gargalo importante para as atividades econômicas isto é para a formação de um mercado de trabalho urbano e para a formação de um mercado de consumo.

Roberto Simonsen (1899-1948) foi um observador interessado exatamente desta relação entre “a vivenda popular e o padrão de vida das classes de menores recursos”. Formado pela Escola Politécnica em 1910, assume o protagonismo dos movimentos que levaram a criação de diversas organizações do desenvolvimento Industrial Brasileiro, entre elas o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho– que organizarias as Jornadas de Habitação realizadas à partir de setembro de 1941. Convidado pelo Conselho do IDORT para fazer a abertu-

ra das jornadas, Simonsen (1940) publica logo em dezembro de 1940 um artigo no *Observador Econômico e Financeiro* sobre “Habitação Econômica”.

Neste artigo Simonsen introduz o problema à partir da sua experiência na Companhia de Habitações Econômicas que funda logo dois anos depois de formado em 1912. A companhia dedica-se à construção de casas operárias em Santos e foi fundada junto com a Companhia Construtora de Santos, que construiu muitos edifícios e obras de infra estrutura, inicialmente concentrados na cidade de Santos. Na década de 20 a Companhia experimentaria uma grande expansão nacional realizando a renovação dos quartéis do exército em vários estados brasileiros.

Ao contrário do sucesso comercial da Companhia Construtora de Santos- que permitiu que ela empregasse os prógonos do modernismo brasileiro recém desembarcados no país, Warchavchik e Rino Levi –a Companhia de Habitações Econômicas de Santos– foi um retumbante fracasso comercial. Entretanto para Simonsen foi uma lição inesquecível sobre a interdependência entre o desenvolvimento econômico e o padrão de vida da população, naquela época.

Esse culto e saudoso médico (Guilherme Álvaro), há mais de trinta anos, denodadamente combatia os cortiços e as habitações insalubres de Santos, e com muita simpatia acompanhou a tentativa que fiz, em 1912, ao fundar a Companhia Santista de Habitações Econômicas, de edificar naquele importante porto do Estado um bairro operário modelo.

Dado o alto preço da construção ali vigorante e as condições favoráveis de nossas taxas cambiais, abri então concorrência nos Estados Unidos, entre os construtores e fabricantes de materiais especializados, visando obter habitações econômicas que seriam edificadas em série, por processos maquinizados.

Recebi várias propostas para a execução do cometimento. Construí com materiais e projetos norte-americanos uma primeira habitação coletiva de oito células, parte integrante que seria de um grande sistema. Verifiquei porém com pesar, que a construção de vivendas populares esbarrava aí, como em toda a parte, com a impossibilidade de remuneração dos capitais nelas investidos, pela angustiante precariedade dos recursos financeiros da massa trabalhadora. E, ao lançar o programa do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, fiz realçar a observação colhida nessa tentativa de Santos: *a existência da insuficiência de ganho da maior parte de nossa população, grande óbice também para um mais rápido progresso do país.*” (grifo do autor) (Simonsen, 1940: 9)

Entre 1946, início do levantamento realizado, e 1948 data do falecimento de Simonsen não há outros artigos de sua autoria no *Observador Econômico e Financeiro*, entretanto a questão da habitação voltaria a ser tratada como parte fundamental do padrão de vida das populações urbanizadas através de Rômulo Almeida, economista que em 1946 ocuparia cargos na Fundação da Casa Popular e mais tarde teria destacado papel na

assessoria econômica do segundo governo Vargas (Barbosa, 2014).

Logo quando foi criada a Fundação, Rômulo Almeida (1946) publicou o artigo *Primeiras observações sobre o projeto da Fundação “Casa Popular”*. O artigo começa situando a casa do trabalhador em um campo mais amplo de estudos que deveriam ser aprofundados no Brasil e que ele define como uma “sociologia do trabalho”. Neste campo iriam concentrar-se os estudos da relação entre produtividade e padrões de vida.

Almeida enfatiza as ações do Estado Novo; os restaurantes populares mantidos pelo Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS) e a atuação da comissão de representantes das carteiras prediais dos institutos e caixas (CARPS).

Apesar dos aparentes elogios, Almeida defende que a política habitacional deveria ser conduzida de modo a combinar a economia de meios com a elevação do padrão de vida e da produtividade do trabalho, provavelmente referindo-se aos custos elevados do sistema mantido pela previdência social. Considerando que a moradia operária é um “bem economicamente não reprodutivo”, Almeida aponta o risco que “o espírito de beneficência que freqüentemente inspira programas econômico-administrativos” ao levar “à perda de recursos preciosos em aplicações de nenhum ou inferior rendimento”. Longe de propor uma “capitalização exagerada”, como ele mesmo defende-se, as suas observações apontam para a necessidade de fundamentar a política habitacional no aprofundamento da política industrial. Algo desenhado no projeto original da Junta de planificação

proposta em 1944 cujos esquemas sairiam de dois engenheiros engajados na organização da indústria da construção civil, Roberto Simonsen e Ari Torres³.

A praticabilidade de um programa gigante de casas populares é indispensável um largo programa prévio de empreendimentos industriais no campo dos materiais de construção. Este programa, já por si, apresentaria a complexidade de uma grande expansão industrial, com as suas ligações com os sub-problemas de matéria prima, mão de obra, transportes, capital. O capital de novos empreendimentos poderia ser provido em maior parte até pela Fundação. E a maior dificuldade preliminar no estudo dos empreendimentos industriais, a saber, o volume, a proximidade e a estrutura do mercado para os materiais produzidos, já se encontraria de antemão resolvido, com as encomendas intermináveis da Fundação. (Almeida, 1946:113)

Para Almeida e Simonsen a missão histórica do programa de casas operárias no Brasil, seria aprofundar em todas as dimensões o projeto industrial brasileiro. Nos termos de uma proposta administrativa para a Fundação da Casa Popular.

3. Ary Torres foi engenheiro e importante ator da política industrial e tecnológica no Brasil. Originado da Escola Politécnica, transformou o laboratório de ensaio de materiais da instituição no Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) e foi o seu primeiro diretor em 1934. Foi Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1937 e participou ativamente da organização do setor da construção civil brasileira, sendo membro ativo na criação da Associação Brasileira de Cimento Portland (1936) e na Associação Brasileira de Normas Técnicas (1940). Foi presidente da Seção brasileira da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (1950) e o primeiro presidente do BNDES em 1952.

Além das contribuições de Simonsen e Almeida, a habitação e o custo de vida foram temas tratados com certa frequência nas páginas da revista. Matérias sobre a crise urbana, a Fundação da Casa Popular, o Banco Hipotecário Lar Brasileiro, os transportes urbanos, o Censo das Favelas, também compareceram ao longo do período estudado e algumas vezes aparecem no editorial assinado por Valentim Bouças diretor da revista. Bouças era economista e empresário, representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM) e fundador da empresa Companhia Serviços Hollerith. A revista possuía periodicidade mensal, sediada no Rio de Janeiro, circulou entre 1936 e 1962, tornando-se um importante documento histórico do debate econômico no Brasil. A administração paulistana era dirigida por Heitor Ferreira Lima e a de Belo Horizonte por Moacir Assis de Andrade, havia ainda agências nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Pará, Amazonas e Goiás. (Correa, 2011)

Embora o número total de matérias sobre a habitação e a crise urbana não seja expressivo, principalmente se comparado ao volume total de matérias publicadas nos quatro anos que compreenderam os levantamentos, ainda assim as matérias publicadas permitem identificar um debate sobre o tema da moradia no campo da economia, contribuindo para confrontar diferentes perspectivas sobre o assunto.

A revista *Observador Econômico* (1946 e 1950)

A pesquisa inicial listou 1090 matérias em quatro anos, destas depurou-se uma amostra de interesse com 33 títulos sobre diferentes assuntos, habitação (12), cidade (3), custo de vida (7), propriedade do solo (2), transportes urbanos (1), técnica (1), política (7). Da amostra selecionamos 6 artigos sobre habitação para análise.

A maioria dos artigos sobre habitação trataram da Lei do Inquilinato de 1943, criticada sob diferentes aspectos acusada de agravar a crise no mercado de moradias. As matérias abordam a limitação que a lei representou ao direito de propriedade, apontam que os resultados levaram a formação de um mercado paralelo de aluguéis que favoreceu atravessadores, e ainda consideram que a lei afastou os investimentos privados no setor de moradia.

O artigo “Crise de Habitação” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1946 núm. 126:4) de Valentim Bouças trata do problema habitacional das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, citando o grande fluxo de pessoas que saíram do campo para as cidades e das desapropriações em massa efetuadas pela Prefeitura para abertura de novas avenidas como causas principais da ausência de habitações. Introduce a especulação imobiliária como característica das cidades brasileiras e a ação do governo de congelamento dos aluguéis pela Lei do Inquilinato ocasionando o surgimento de especuladores.

O artigo “Casa Popular” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1946 núm.

128: 137-9) ainda de 1946, sem identificação do autor, aborda a política da casa popular e o uso político da Fundação da Casa Popular como problemas interligados de um capitalismo “não evoluído”.

Em 1947 encontramos o artigo “Casa Popular em Curitiba” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1947 núm. 132:127-8) que trata da construção de dez casas populares que foram sorteadas entre uma seleção de 42 trabalhadores que possuíam um longo período de trabalho, a ação ficou reconhecida pela assistência prestada aos trabalhadores.

Em 1948 o artigo “Crise de Habitação” escrito por Alberto de Gusmão (*Observador Econômico e Financeiro*, 1948 núm. 148: 81-3) trata de uma crítica às instituições públicas e a Lei do Inquilinato. Aponta o medo como indicador de uma crise na vida urbana brasileira, impondo providências do Governo para resolver a falta de habitações. O autor propõe perguntas reflexivas ao leitor.

Em 1949 o artigo “Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A.” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1949 núm. 159: 79-80) sem identificação do autor relata balanços bancários, negócios imobiliários, valores e a atuação da agência de créditos no país.

Há também uma reportagem com o título “A Face Dramática da Cidade” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1949 núm. 160: 20-32) cujo autor não foi identificado que retrata a situação das favelas do Rio de Janeiro, introduzindo o problema econômico-social da cidade através das estatísticas do Censo das favelas, da população residente, do

analfabetismo, do mercado de trabalho, apontando assim as características sócio-espaciais das favelas.

Em 1950 encontramos um artigo referente à “Casa Popular”, (*Observador Econômico e Financeiro*, 1950 núm. 173: 7) no editorial da revista que é uma crítica realizada a Fundação da Casa Popular sobre a localização dos conjuntos em subúrbios, longe do local de trabalho. Percebe-se a insatisfação do autor quanto à atuação das instituições. Outro artigo do mesmo ano “Vila Popular e o Centro Educativo em Pernambuco” (*Observador Econômico e Financeiro*, 1950 núm. 173: 128-31) de Andrade Lima Filho que mostra os mocambos do Recife e os problemas da casa popular apontando características da população.

Observador Econômico e Financeiro publicou em média 5% das matérias por ano referentes à vida urbana com exceção do ano de 1947 quando essas matérias chegaram a quase 10% das matérias publicadas pela revista no ano. Essas matérias demonstram uma abordagem sócio espacial que não esteve presente em nenhum outro periódico analisado. Excetuando a matéria de Simonsen e Almeida que visam uma operatividade na política pública, as demais matérias frequentemente recaem no tom da denúncia das políticas vigentes mais do que expressam o engajamento dos autores no sistema burocrático do Estado.

Considerações Finais

A análise das revistas permitiu constituir uma amostra do debate sobre habitação e urbanismo em nas três diferentes áreas

que foram deslocadas para a posição das novas burocracias do Estado no momento da intensa urbanização do País. Na área da engenharia a difusão da arquitetura moderna reforçava o caráter técnico dos saberes na formação dos engenheiros, ao contrário do urbanismo que seria institucionalizado como uma prática profissional.

No campo da arquitetura as publicações na revista *Acrópole* pouco expressaram o problema da crise habitacional e urbana da década de 1940. Visivelmente, como afirma Serapião, uma revista comercial até então. A partir de 1950, mais do que “vanguardista” a revista torna-se um instrumento político da classe dos arquitetos e passa a publicar um maior número de matérias autorais.

No campo dos economistas o debate sobre moradia e cidade alcançou uma dimensão sócio-espacial estranha aos engenheiros e arquitetos brasileiros daqueles anos. Nos artigos iniciais de Simonsen e Almeida a habitação é um sintoma dos padrões de vida da população e sobre estes padrões de vida a política pública deveria atuar. Ambos viram com grande entusiasmo o programa da Fundação da Casa Popular, criticado por Cardim Filho em 1947 e no editorial do Observador Econômico e Financeiro em 1950. Para ambos a moradia popular através de um programa bem conduzido e administrado ao invés de “gata borralheira da revolução industrial” como afirma Abrams (1967) poderia ser a cinderela do desenvolvimento industrial brasileiro.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Abrams, C. 1967. *Habitação, desenvolvimento e urbanização*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
- Almeida, R. 1946. “Primeiras Observações sobre o projeto da Fundação da ‘Casa Popular’”. In: *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, núm. 126: 111-115.
- Anelli, R. L. S. ; Guerra, Abílio ; Kon, N. 2001. *Rino Levi: Arquitetura e Cidade*. 1. ed. São Paulo, Romano Guerra Editora.
- Barbosa, A. 2014. “Pensando, planejando e executando o desenvolvimento: a trajetória de Rômulo Almeida”. In A.B. Calixtre e N. Almeida Filho (Orgs.) *Catedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA: 219-60.
- Bonduki, N. 1998. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, FAPESP/Estação Liberdade.
- Bonduki, N. e Koury, A. P., 2014. *Inventário da produção pública no Brasil 1930-1964. Os Pioneiros da Habitação Social* (Volume 2). São Paulo, Edunesp.
- Botas, N. 2014. “Realengo: reprodutibilidade e singularidade”. In N. Bonduki e A. P. Koury (Orgs.) *Onze propostas de morar para o Brasil Moderno. Os Pioneiros da Habitação Social* (Volume 3). São Paulo, Edunesp: 6-41.
- Brito, F. 2006. “O deslocamento da população brasileira para as metrópoles”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, Ano 20, núm. 57: 221 a 236.
- Bruand, Y. 1981. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- Bruna, P. 2010. *Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950*. São Paulo, Edusp.
- Cardim Filho, C. 1941a. “Notas urbanísticas” In *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 39:s/p.
- Cardim Filho, C. 1941b. “O arruamento e loteamento em face do Código de Obras” In *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 42: 233
- Cardim Filho, C. 1947. “Estão erradas as organizações de casa própria”. In *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 107:297.
- Carpintero, M. 1997. *A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp.

- Cavalcanti, L. (org.) 2000 [1993]. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, MINC, IPHAN.
- Correia, T. 2004. A construção do habitat moderno no Brasil. 1870-1950. São Carlos, RiMa, FAPESP.
- Correa, M. L. 2011 “Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954)”. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História [ANPUH], São Paulo, julho.
- Feldman, S. 2005. *Planejamento e zoneamento, São Paulo: 1947-1972*. São Paulo, Edusp/FAPESP.
- Feldman, S. 2010. “O Urbanismo que exige a vida moderna”. In: Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 5 a 8 de Outubro.
- Ficher, S. 2005. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- Freire, V. 1917. “Códigos sanitários e Posturas municipais sobre habitações”. In: *Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo*, Ano I, núm. 1: 229.
- Freitas, M. L. 2005. *O Lar Conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931)*. São Carlos, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo [USP].
- Giedion, S. 2000 [1956]. “O Brasil e a arquitetura contemporânea” (prefácio) In E. Mindlin. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Rio de Janeiro, Aeroplano/ IPHAN.
- Gomes, A. C. (Coord.) 1994. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- Gonçalves, O. 1949. “Plano e limitação da cidade”. In *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 133: 31.
- Kneese de Melo, E. 1948. “Arquitetura, Urbanismo e Democracia”. In *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 123: 91-6.
- Koury A. P. e Silva, E. 2014. “Casa da Bancária: um ambiente cristão e moderno para a integração das mulheres no mercado de trabalho.” In N. Bonduki e A. P. Koury (Orgs). *Onze propostas de morar para o Brasil Moderno. Os Pioneiros da Habitação Social* (Volume 3). São Paulo, Edunesp: 240-57.
- Koury, A. P. e Freitas, M. L. 2014. “Olaria: racionalidade construtiva e urbanismo monumental nas Cidade Jardim dos Comerciantes” In N. Bonduki e A. P. Koury (Orgs). *Onze propostas de morar para o Brasil Moderno. Os Pioneiros da Habitação Social* (Volume 3). São Paulo, Edunesp: 114-135.
- Levi, R. 1935. “Prédio de habitação semi intensivo”. In: *Revista Politécnica*, São Paulo, núm. 119.
- Levi, R. 1936. “Considerações à propósito do estudo acústico de um cinema em construção em São Paulo”. In: *Revista Politécnica*, São Paulo, núm. 122.
- Levi, R. 2003 [1925]. “A arquitetura e a Estética das Cidades”. In: A. Xavier (Org.). *Depoimento de uma geração- arquitetura moderna brasileira*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003: 38-9. [manifesto originalmente publicado em O Estado de São Paulo em 15/10/1925]
- Mange, E. 1949. “Conceito de Arquitetura Moderna”. In: *Revista Politécnica*, São Paulo, núm. 155: 19-36.
- Martins, C. 1987. *Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso sobre o moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa 1924- 1952*. São Paulo: Dissertação de mestrado. FFLCH, Universidade de São Paulo [USP].
- Oliveira, M. 1961. *A previdência social brasileira e a sua nova lei orgânica*. Rio de Janeiro, Record.
- Regino, A. 2011. *Eduardo Kneese de Mello : do eclético ao moderno*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011.
- Serapião, F. 2006. “A vanguarda fez mal para os negócios: a história da revista acrópole”. In <https://arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-a-revista-acropole-01-02-2006> Acesso em 10/01/2018.
- Simonsen, R. 1940. “Habitação Econômica”. *Revista Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, núm. 69: 9-16.
- Simonsen, R. 1973 [1941]. “Jornadas de Habitação”. In: *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP: 353-364.
- Szilard, A. 1948. “Visita a São Paulo”. *Revista Acrópole*, São Paulo, núm. 122: 81-83
- Tinoco, B. 1955. *Fundamentos Históricos do Direito Social*. Rio de Janeiro: Ed A Noite.
- Violich, F. 1944. *Cities of Latin America*. New York, Reinhold Publishing, 1944
- Warchavchik, G. 1925. “Acerca da Arquitetura Moderna”. In: A. Xavier (Org.). *Depoimento de uma geração- arquitetura moderna brasileira*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003: 35-8. [manifesto originalmente publicado como “Futurismo” em italiano no jornal Il Piccolo, São Paulo, 14/06/1925]